DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO ADMINISTRATIVA

Localidade, XXX de XXXXXXX de 20...

Ao Administrador Judicial da Recuperação Judicial da (nome da empresa)...

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome completo do Credor impugnante), identidade nº \_\_\_\_\_\_\_, CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com endereço sito a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, venho por meio da presente e com fundamento no artigo 7º, §1º da Lei nº 11.101/2005, apresentar **DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO**, em razão de discordar da Relação de Nominal de Credores apresentada no processo de Recuperação Judicial nº 0141112-22.2018.8.19.0001, pelas razões que passa a expor:

1- A Relação Nominal de Credores apresentada pela recuperanda às fls. 79/90 do processo de Recuperação Judicial nº 0141112- 22.2018.8.19.0001, lista crédito em nome do credor ora impugnante no montante de R$ \_\_\_\_\_\_\_ , na classe \_\_\_\_\_\_\_\_.

2- Ocorre que, em verdade, o valor do crédito devido perfaz a quantia de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, oriundo de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (informar a origem do crédito: contrato de prestação de serviço, fornecimento de materiral, relação trabalhista, ações judiciais já liquidadas, etc), correspondente a classe \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (colocar a classificação do crédito de acordo com o previsto no artigo 41 da Lei nº 11.101/2005).

3- Para tanto, apresenta-se em anexo os seguintes documentos comprobatórios de seu crédito: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (A Divergência deve estar instruída com todos os documentos necessários para a comprovação do crédito tais como: contrato de prestação de serviços, notas fiscais, faturas, aceites, solicitação de serviço, e-mails, decisões judiciais, cálculos judiciais, certidão de crédito emitida pelo Juízo onde se processa a execução – caso se trate de crédito discutido judicialmente, etc).

4- O valor do crédito pleiteado está consubstanciado na planilha de cálculos anexa, devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, ocorrida em 15/06/18, em consonância com exigência prevista no artigo 9º, inciso II da Lei nº 11.101/2005.

5- Diante do exposto, requer que este Administrador Judicial se digne a receber a **DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO** em epígrafe, a fim de que faça constar na Relação de Credores da Recuperação Judicial da sociedade Companhia Federal de Fundição o crédito em nome do ora impugnante no valor de R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na classe \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em consonância com documentos comprobatórios que acompanham a presente.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Credor / Advogado